

XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

Florestan Fernandes e o Capitalismo Dependente na América Latina

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

RESUMO

O objetivo desse artigo é, a partir do livro “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, entender, na visão de Fernandes, o processo de formação dessa sociedade; de oportunidades perdidas para se tentar caminhar para uma sociedade autônoma; como a “revolução burguesa” manteve, em grande medida, as tradições do passado colonial; como as classes sociais se portam nessa sociedade, no caso da burguesia, se beneficiando intensamente, superexplorando e reprimindo a classe “baixa”, além de utilizar-se do Estado para seu benefício e para o privilégio das burguesias dos países hegemônicos, nas quais mantém uma relação associada e dependente. De outro lado, como boa parte da população é marginalizada dos potenciais benefícios dessa sociedade, gera a riqueza, mas não se apropria dela e sofre constantemente a violência implícita e explícita por parte do Estado.

Palavras-chave: capitalismo dependente; classes sociais; América Latina; Florestan Fernandes

Área Temática 2: História Econômica

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Coordenador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVJM). <https://orcid.org/0000-0001-8419-5826>. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

Florestan Fernandes e o Capitalismo Dependente na América Latina

Introdução

A frase de Fernandes (1975, p.115): “em larga medida, a discussão funda-se em conhecimentos que possuo de países economicamente mais avançados, nos quais a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento mais desenvolvido” presente em seu livro “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, apresenta-se, para um leitor desavisado, um tanto quanto emblemática, uma vez que como podem os países mais avançados economicamente na América Latina serem os mais dependentes e ao mesmo tempo os mais desenvolvidos em termos de subdesenvolvimento? A explicação axiomática não é a de que quanto mais um país avança economicamente, mais ele caminha para sua autonomização? As análises simplistas servem apenas para falsear a realidade². Já nos advertia Furtado (1974, p.16, grifos do autor):

pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o *standart* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.

Assim como o “mito do progresso” tratado por Furtado consegue deixar míopes 90% dos estudiosos que tratam da temática e defendem que o padrão de consumo e desenvolvimento dos países subdesenvolvidos podem alcançar o nível dos Estados Unidos, cria-se também o mito de que os países da América Latina que mais avançam economicamente se encontram mais independente e caminhando para as resoluções de seus problemas no que tange ao subdesenvolvimento e a dependência.

Do ponto de vista ideológico, acreditar em mitos é muito bom para os países que mantiveram e que mantêm ao longo da história a dominação sobre os países latino-americanos, assim como para as burguesias desses países periféricos que se locupletam da real situação de dependência e subdesenvolvimento, uma vez que com os mitos escondendo a realidade conseguem convencer boa

² Marx chama a atenção para o fato de que os homens se submeteram às suas criações, ficando, com isso, reféns das mesmas e impossibilitados de fazer uma análise concreta que permita uma compreensão não alienada/idealista dessa realidade. Em suas palavras, “até o presente os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função de representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça. Eles, os criadores renderam-se a suas próprias criações. Revoltemo-nos contra este predomínio dos pensamentos. Ensinemos os homens a substituir estas fantasias por pensamentos que correspondam à essência do homem” (MARX, 1996, p.17).

parte das pessoas da não realidade e quando esses mitos somem e a realidade vem à tona, recorrem à violência, a repressão e a “ditaduras oficiais” para manter suas posições de superprivilegiamento em detrimento da marginalização da maior parte da população. Depois, acabam as “ditaduras oficiais” e se criam outros mitos como os mitos do desenvolvimentismo e as burguesias desses países continuam a seguir sua rotina: privilégio; utilização privada do Estado; acirramento da dependência e entreguismo com os acordos firmados com as burguesias dos países centrais; aumento da exploração sobre o trabalho; manutenção e acirramento do monopólio da violência por meio do Estado; controle dos meios de comunicações etc.

Fernandes faz um estudo sobre o processo histórico-social pelo qual passaram os países da América Latina, desde os primeiros contatos com a civilização europeia, através dos chamados “descobrimientos”, até a fase do capitalismo monopolista, passando pelo antigo sistema colonial, o neocolonialismo e o imperialismo. Nesse percurso, Fernandes aprofunda a análise de como a pressão externa por um tipo de organização das economias internas dos países latino-americanos é atendida por suas burguesias e como elas estabelecem relações sociais internas que as beneficiam de maneira irrestrita e as burguesias externas, sem trazer benefícios para grande parte da população. Mas esse entendimento profundo só é possível porque Fernandes consegue esmiuçar o que esses países mantêm de cada mudança da relação com os países hegemônicos, ou seja, como se articulou essa sociedade no período do antigo sistema colonial, após sua superação, o que foi mantido, o que foi alterado e como se deu essa transformação, assim o autor faz com o neocolonialismo, com o imperialismo e a última fase, de modernização, caracterizada pelo imperialismo total sob domínio dos Estados Unidos.

Florestan também vai mostrar como se deu a “revolução burguesa” nos países subdesenvolvidos da América Latina e porque ela não foi uma revolução de fato, assim como foi em outros países que trouxeram para eles uma posição mais autônoma perante o mundo e permitiu o acesso de grande parte de suas populações nesse processo, na verdade, para esse processo revolucionário, de fato, a participação popular foi imprescindível. Aqui, o povo foi escoimado e com isso, essas burguesias não promoveram uma integração social e cultural. Na verdade boa parte das burguesias da América Latina não queriam aqui uma revolução burguesa típica, preferiam uma sociedade de segregação, privilégios, grande concentração de renda e submissão às burguesias dos países desenvolvidos. Essas burguesias foram para o caminho mais fácil de consolidar sua posição burguesa por uma espécie de “caminho natural”, fazendo com que a oligarquia agrária fosse se metamorfoseando e incorporando privilegiados de outros setores e assim virar uma “classe burguesa”.

Consolidou-se, dessa forma, uma sociedade de segregação social e dependência externa, onde essas burguesias não se livraram de suas concepções patrimonialistas, ou seja, utilizar o Estado em benefício próprio e o de seus pares; manter e acentuar sua posição de superprivilegiamento nessa

sociedade; organizá-la através dos interesses externos e; destinar a maior parte do excedente para eles.

Este trabalho está dividido, além dessa introdução e das considerações finais em: i) processo de dominação na América Latina; ii) capitalismo dependente; iii) subdesenvolvimento e dependência no pós-Segunda Guerra Mundial; e iv) Estado, privilégio e repressão.

1. Processo de Dominação na América Latina

Os países latino-americanos são resultado da expansão do Ocidente, que teve início com a Espanha e Portugal. Na evolução do capitalismo nesses países que se caracterizaram enquanto colônia de exploração, no contexto do antigo sistema colonial, é possível identificar “uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade [que] sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados” (FERNANDES, 1975, p.11), essa “institucionalização política do poder” desembocaria na “exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível” (FERNANDES, 1975, p.11-12). Destarte, as camadas privilegiadas puseram seus interesses como os interesses da Nação³, desta forma, “os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior” (FERNANDES, 1975, p.12, grifos do autor). Nesses termos, trata-se “de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 1975, p.12). Assim, a América Latina defronta-se com os seguintes problemas na fase do capitalismo monopolista:

O primeiro é a nova forma de imperialismo e sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dada as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região (FERNANDES, 1975, p.12).

³ Marx afirmará que a classe que surge enquanto classe dominante tem, necessariamente, que conquistar o poder político e, além disso, criar a sensação de que os seus interesses enquanto classe são os interesses de todas as classes, ou seja, “toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento (MARX, 1996, p.49).

Fernandes reconhece quatro tipos de dominação pelos quais passaram os países da América Latina que sofreram o controle externo por meio da exploração colonial⁴. A primeira fase da dominação diz respeito à forma inicial de colonização entendida como antigo sistema colonial⁵, em que houve, nas palavras de Fernandes (1975, p.13, grifos do autor),

transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptadas aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de elementos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “europeia”. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores.

Portugal e Espanha não tinham condições de sustentar o financiamento da exploração colonial, para tanto, outros países deram suporte financeiro para essa empreitada, entre eles a Holanda, que participava na divisão dos ganhos da exploração⁶. A forma de distribuição dos ganhos, na qual o país que financiava fazia o transporte etc., ficava com a maior parte e os produtores das colônias com as menores, foi um dos motivos para a luta pela emancipação da colônia, ou seja, era uma luta para abocanhar uma parte maior dos ganhos enquanto as demais “regras” do sistema colonial não estavam em disputa nesse movimento pela emancipação.

Outro elemento que ajudou na crise do “antigo sistema colonial” foi a disputa que passou a haver entre outras potências econômicas europeias sobre o controle das colônias, entre eles, a Holanda, a França e a Inglaterra. Por fim, o apoio à emancipação por parte de setores heterogêneos

⁴ “Os quatro tipos de dominação externa foram caracterizados como uma projeção de seu ‘background’ histórico e de sequência sociocultural. Nessa perspectiva, apenas alguns países como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile etc., conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa. Outros países, como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Peru etc., experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias *de enclave* e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo transitório do início do século XIX” (FERNANDES, 1975, p.19).

⁵ O pacto colonial ou exclusivo metropolitano, estabelecido pelas regras do antigo sistema colonial, redundava em uma situação de extremo privilégio para a metrópole, na qual, por um lado, ela seria a única compradora dos produtos ofertados pela colônia, caracterizando-se uma situação de monopólio, de outro lado, a metrópole seria a única vendedora que a colônia poderia adquirir suas mercadorias manufaturadas, estabelecendo-se um monopólio. Nessa relação de exclusivo metropolitano, a metrópole conseguia um saldo significativo em sua balança comercial, por meio da inequivalência das trocas, ou seja, comprar barato da colônia produtos primários, que a metrópole não produzisse, e vender caro produtos que a colônia necessitava. Para maiores informações ver Novais (2006), p.72 e segs. Nas palavras de Prado Jr (1997, p.31), eis o sentido da colonização: “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical”.

⁶ Para se ter uma ideia da distribuição dos ganhos, em relação ao açúcar brasileiro, “o ‘produtor’ colonial retinha um lucro bruto que variava de 12 a 18%; a Coroa absorvia de 25 a 30%; os mercados holandeses recebiam os saldos e outras vantagens, economicamente mais importantes (como os lucros produzidos pelo financiamento da produção, do transporte, da Coroa etc.; ou os elevados lucros proporcionados pela refinação do produto e por sua comercialização dos mercados europeus” (FERNANDES, 1975, p.14).

da sociedade colonial que se identificavam com as necessidades de decisões internas, tanto política quanto econômica, na perspectiva de terem seus interesses satisfeitos.

Com a crise final do antigo sistema colonial, passa-se a um segundo tipo de dominação externa, denominado neocolonialismo, caracterizado pelo domínio inglês, que manteve as estruturas já montadas de exportação de produtos primários, mesmo porque esses países não tinham condições de produzir as mercadorias que importavam, além disso, a elite local se beneficiava financeiramente, mantendo as estruturas econômicas pretéritas. De acordo com Fernandes (1975, p.15, grifos do autor),

De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas “economias coloniais” recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito de seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenham uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e seus agentes ou os comerciantes urbanos.

O terceiro processo de dominação externa, que substituiu o neocolonialismo, quando ele entrou em crise terminal, ocorreu como desdobramento da primeira revolução industrial que, de um lado, teve na exploração colonial a contribuição para essa revolução, através da acumulação de capital que propiciou à Europa, principalmente à Inglaterra, de outro lado, ela repercutiu nessas economias coloniais, reorganizando-as para atender aos interesses dessa nova realidade econômica. Apesar dessa nova articulação, as estruturas arcaicas foram mantidas, como indispensáveis ao esquema “exportação – importação” e introduziu-se uma dominação caracterizada pelo imperialismo inglês. Para Florestan Fernandes (1975, p.16),

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma reação histórica na América Latina.

Prossegue o autor,

[...] a chamada “idade de ouro do capital estrangeiro” [1874-1914] foi uma idade de ouro apenas para os países europeus e, até certo ponto, para os Estados Unidos. A Inglaterra, por exemplo, convertia todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais em puros negócios – as atividades dos Estados nacionais na construção de uma infraestrutura econômica, a especulação imobiliária em áreas rurais e urbanas, a diferenciação ou a expansão dos sistemas de comércio, de produção, de transporte, de trabalho, de saúde, de educação etc. O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação – importação foi refundido para incluir a “integração” do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens de consumo, a “intensificação” das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram

transformadas em mercadoria, negociável à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (FERNANDES, 1975, p.17, grifos do autor).

Consolidaram-se assim essas economias satélites enquanto exportadoras de matérias primas e bens primários, garantindo a transferência de boa parte de seu excedente econômico às economias dos países dominantes. Nesse sentido, “‘a idade de ouro’ do imperialismo europeu encerrou o circuito iniciado pelo antigo colonialismo e expandido pelo neocolonialismo, ambos de origem europeia, formando o burguês complacente” (FERNANDES, 1975, p.17-18, grifos do autor).

No quarto padrão de dominação evidencia-se a fase do “imperialismo total”⁷, em contraposição ao anterior caracterizado pelo imperialismo restrito. Agora uma grande potência hegemônica, no caso os Estados Unidos, dominam, em grande medida, o comércio, a tecnologia e o controle dos mercados latino-americanos. Essa dominação surgiu como desdobramento da expansão das grandes empresas estadunidenses nesses países. De acordo com Fernandes (1975, p.18, grifos do autor),

Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus “*policy-makers*”.

Assim, o subdesenvolvimento vira um negócio bastante rentável e a possibilidade de uma revolução burguesa que traga em seu bojo uma autonomia cultural, política e econômica fica cada vez mais distante. Nas palavras de Fernandes (1975, p.19, grifos do autor),

Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientação de valor extremamente egoístas e particularistas. Quando o assim chamado estágio de “decolagem” parecia aproximar-se, a expansão iniciava-se como um processo impulsionado pelos interesses mais poderosos e, portanto, controlado a partir de fora. A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas.

Na fase do imperialismo total, as grandes corporações monopolistas, principalmente estadunidenses, assim como os Estados Unidos, têm papéis determinantes. Nessa fase, a América Latina enfrenta dois grandes dilemas: o primeiro refere-se às “estruturas econômicas, socioculturais

⁷ “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]. Esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas” (FERNANDES, 1975, p.18).

e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo” (FERNANDES, 1975, p.26); e o segundo diz respeito à “dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real” (FERNANDES, 1975, p.26).

A condição de dependência e subdesenvolvimento é estimulada pela pressão externa por extração do excedente econômico, com anuência da classe dominante interna, que cria as condições para essa extração, através da forma de inserção do país na reprodução ampliada do capital e pela sua posição heteronômica, principalmente porque “dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados” (FERNANDES, 1975, p.26).

Um país como os Estados Unidos necessita manter relações comerciais com países em diferentes estágios de desenvolvimento, ou seja, economias avançadas, dependentes e semicoloniais,. As maiores retiradas em relação ao investimento efetuado pelos Estados Unidos alhures são egressos dos países latino-americanos, ou seja, se beneficiam mais de sua relação comercial com países subdesenvolvidos a países desenvolvidos, nesses termos, o desenvolvimento desses países não seria um bom negócio para o imperialismo estadunidense.

Em síntese, “o fardo da acumulação de capital é carregado pelos países latino-americanos, mas seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores cotas do excedente econômico gerado” (FERNANDES, 1975, p.30).

2. Capitalismo Dependente

Os países de capitalismo dependente da América Latina carregam em sua formação histórico-social, um passado colonial que não possibilitou, na maior parte deles, caminhar para um capitalismo autossuficiente, muito menos formatar uma sociedade de classes com a perspectiva de promover as mudanças necessárias de uma revolução burguesa típica de sociedades desenvolvidas⁸. A acumulação de capital tinha e tem, como principal objetivo, a transferência de grande parte do

⁸ “O elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se, de fato, através dos dinamismos jurídico-políticos e econômicos dos mercados metropolitanos. Quanto às suas funções puramente econômicas no seio das sociedades coloniais, elas eram reguladas por controles legais e políticos (os quais visavam conhecidamente: 1) preservar o monopólio metropolitano; 2) dar continuidade e aumentar a eficácia das formas de apropriação inerentes ao comércio colonial; 3) excluir a interferência do mercado na estratificação social e nas relações de poder, ditadas legal e politicamente, com fundamento econômico, através de normas estabelecidas pela Coroa e endossadas pelo consentimento tácito ou explícito dos estamentos privilegiados das colônias)” (FERNANDES, 1975, p.47-48).

excedente econômico para os países hegemônicos e para os detentores de riqueza e poder internos, por meio de uma superexploração dos trabalhadores⁹.

As alterações ocorridas nas economias coloniais se deveram, em grande medida, como um desdobramento das mudanças que vinham ocorrendo nos países hegemônicos e não induziram a mudanças internas que se desdobrassem em maior autonomia ou participação popular nesses países, mesmo porque, “o mercado e o sistema de produção coloniais não atuaram (nem podiam atuar) como fontes da incubação de evolução econômicas, sociais, tecnológicas e políticas autonomizadoras (e, nesse sentido, de negação da ordem colonial)” (FERNANDES, 1975, p.49). Isso significa que o passado colonial sempre está presente em nosso processo histórico e social, nos limitando em colimarmos conquistas que impeçam a segregação social, a dependência externa e a extrema concentração de renda.

As transformações ocorridas na Europa, através da I Revolução Industrial, impuseram mudanças na forma de organização dos países da América Latina que se desdobrou no desenvolvimento de um setor capitalista moderno, tanto de consumo, quanto de produção. Nas palavras Fernandes (1975, p.49, grifos do autor),

Esse novo padrão de incorporação impôs a eclosão e ulterior expansão interna de um mercado capitalista especificamente moderno (pelo menos nos núcleos urbanos, que capitanearam a absorção e irradiação dos sucessivos fluxos de modernização tecnológica e institucional) e estimulou, através das funções diferenciadoras e integrativas de tal mercado, tanto a reorganização quantitativa e qualitativa do consumo quanto a formação gradual de um sistema de produção propriamente capitalista. A *fase de transição* desse complexo processo abrange, estruturalmente, o período de tempo mais ou menos variável (conforme as peculiaridades de cada país) que medeia entre a conquista da emancipação nacional e a consolidação do poder econômico, social e político das oligarquias tradicionais. Durante essa fase, estabelece-se e desintegra-se uma situação neocolonial evidente e inquestionável. O controle colonial de tipo legal e político (embora com fundamento e fins econômicos), foi substituído por controles puramente econômicos, manipulados de fora, através dos mecanismos de mercado.

A transição neocolonial culminou na consolidação do capitalismo moderno na América Latina e “modificou as relações da economia interna com o mercado mundial, ao mesmo tempo que criou um foco interno de crescimento econômico” (FERNANDES, 1975, p.50), o que não significa

⁹ “A acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (FERNANDES, 1975, p.45).

que esses países caminharam para um capitalismo autônomo. De acordo com Fernandes (1975, p.51, grifos do autor),

o último quartel do século XIX possui uma importância decisiva para a consolidação do capitalismo moderno na América Latina (vista através dos países com maior desenvolvimento econômico). Como sucedera antes, com as estruturas econômicas coloniais, as relações neocoloniais com a Europa entram em crise, sem que as estruturas econômicas produzidas pelo neocolonialismo fossem destruídas. No entanto, os dinamismos econômicos dominantes procediam de um novo tipo de mercado, que reaglutinava as estruturas econômicas de origem colonial ou neocolonial a novas estruturas econômicas, forjadas pelas novas relações com o mercado mundial e pela expansão gradual de um sistema de produção capitalista. Essa complexa totalidade indica que a formação incipiente e o deslanche do capitalismo, como realidade histórica, pouco tem a ver com o chamado “modelo clássico” de desenvolvimento capitalista. Estruturas econômicas pré-capitalistas (mais que a acumulação pré-capitalista anterior, no caso drenada para fora), coloniais e neocoloniais, serviram de patamar para a criação e a alimentação inicial do “setor moderno” da economia (na esfera do comércio externo ou interno ou na da produção). Doutra lado, em nenhum momento os dinamismos econômicos procedentes de fora passaram para um plano secundário. Fixando-se no mesmo setor ou deslocando-se setorialmente, eles sempre se mantiveram muito fortes e sempre desempenharam influências estruturais e funcionais determinantes.

Essas mudanças ocorridas nas economias com maior desenvolvimento econômico dentre os países latino-americanos, propiciou o surgimento de uma economia de mercado com dois setores dinâmicos, um interno e outro externo, para absorver as mudanças que ocorriam no mercado internacional, mesmo assim, mantendo uma estrutura arcaica¹⁰. Nessa transição, a “revolução burguesa” processa-se, nesses países, da seguinte maneira, nas palavras de Fernandes (1975, p.52, grifos do autor),

[...] a “revolução burguesa” desenrola-se como um dado da estrutura, não como um processo histórico. O “produtor rural” que aceita positivamente sua condição burguesa, o grande ou pequeno comerciante que se orgulha de sua contribuição para o “progresso econômico”, o trabalhador assalariado ou semi-assalariado que pratica a poupança tendo em vista o “enriquecimento” e a passagem para o “mundo dos negócios”, todos compreendem a “necessidade” e as “vantagens” da coexistência do antigo regime dentro do novo. Por isso, não lutam contra tal coexistência: veem na associação com capitais e firmas estrangeiras um “fator de progresso” ou em formas pré-capitalistas de produção e de troca uma fonte de intensificação da acumulação de capital. Tais agentes econômicos protagonizam e lideram a revolução burguesa, porque ela é inevitável, já que não podem fugir às funções transformadoras de uma economia de mercado e às transições que ela

¹⁰ “O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória. Todavia, a eclosão de um mercado capitalista moderno, sua expansão ulterior e o aparecimento de um sistema de produção capitalista (primeiro o setor urbano-comercial, em seguida no mundo rural e, mais tarde, no setor industrial) modificaram a condição social do agente econômico localizado no interior da economia, independentemente do grau de sua vinculação com os dois pólos dinâmicos do crescimento econômico. O aburguesamento do ‘setor rural’ é típico. Contudo, não é menos típica a reavaliação de atividades mercantis. À medida que o mercado passa a preencher funções sociais classificadoras, a mercantilização do trabalho se reabilita e a acumulação converte-se em um fator de racionalidade das atividades econômicas (em todos os níveis possíveis e segundo diferentes fins econômicos) (FERNANDES, 1975, p.51-52).

impõe, na passagem de um tosco capitalismo mercantilista para um elaborado capitalismo comercial e deste para um capitalismo industrial.

Portanto, o advento do *capitalismo maduro*, na América Latina, envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o “antigo regime”. A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira.

A compreensão da relação externo-interno, interno-externo, é imprescindível para o entendimento das possibilidades e limites que se abriram e se abrem aos países latino-americanos em seu processo de formação, após suas relações com as metrópoles, estabelecidas pelo antigo sistema colonial, até os dias atuais, caracterizado pelo capitalismo monopolista¹¹. Para Fernandes (1975, p.56-57, grifos do autor),

O padrão de acumulação de capital, inerente à sociedade dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Os agentes econômicos podem-se iludir no plano psicológico, ou incentivar a ilusão dos outros, no plano político. Contudo, nas condições em que é praticada nos países da América Latina, a sobre-apropriação repartida do excedente econômico não deixa outra saída. De um lado, independentemente de sua posição e orientação no espaço econômico, os agentes (externos e internos) veem-se compelidos a dar a mais completa prioridade ao privilegiamento direto dos seus móveis lucrativos (relegando, deliberadamente, ou não, o que poderia ser essencial para a “ampliação e dinamização do mercado interno” e para a “expansão e autonomização do sistema de produção”). De outro, ambos investem primariamente na expansão das economias hegemônicas, desejem ou não esse resultado (ou por causa da drenagem do excedente econômico pelas economias centrais; ou porque, de fato, custeiam a incorporação da economia dependente ao espaço econômico das economias centrais). Isso não quer dizer que o capitalismo dependente “falhou”. Ele está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobre-apropriação repartida do excedente econômico. A superação desse tipo de capitalismo depende de transformações que o transcendem e que não podem provir deles, como um “desenvolvimento normal”.

Essa maneira de atuar da classe dominante interna, caracterizada por uma “modernização autoritária”, exclui grande parte da população desse processo de “modernização” e acaba corroborando para o enfraquecimento dessas burguesias internas e maior dependência em relação às burguesias externas, é claro que a compensação vem por meio de sua manutenção no poder, da superexploração do trabalho e de seus elevados ganhos, impedindo o “salto histórico”, rumo a um “capitalismo maduro”¹². Florestan (1975, p. 57, grifos do autor) caracterizará essa elite enquanto uma “plutocracia”, isto é,

¹¹ Ver Lênin (1985).

¹² “Por mais paradoxal que pareça, o que mais debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e de atuação política, foi a maneira pela qual pretenderam fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais”. Diferentemente, “a revolução burguesa desencadeou, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma série de mutações violentas [...], impondo às burguesias nacionais acomodações que faziam funcionar a ordem social competitiva”. Em contrapartida, as burguesias da América Latina agiram “proscurendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, [essas]

a oligarquia tradicional desintegrou-se, cedendo lugar a uma plutocracia na qual os “parceiros externos” estão diretamente representados (não apenas por seus interesses ou sócios menores locais). Essa plutocracia constitui uma burguesia compósita [...]. Está sempre pronta para incentivar decisões que dão prioridade ao crescimento econômico induzido, aceleram a modernização dependente e fazem abortar mesmo a “revolução dentro da ordem”.

A consolidação desses países enquanto dependentes foi determinada, em grande medida, pela forma de atuação de suas elites, as quais nunca tiveram nenhum compromisso com seus países – tirando casos específicos, de uma revolução nacional –, pelo contrário, elas aturam no sentido de que quando houvesse alguma mudança interna ela se realizasse para fortalecer os laços de dependência e atender às demandas do capital internacional. “Os pólos dinâmicos internos revelam sua importância para a existência, a continuidade e mesmo o aperfeiçoamento do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1975, p.59, grifos do autor). Nesse sentido,

A revolução burguesa na América Latina, prende-se a condições estruturais e a ritmos históricos que fazem dela o pivô da associação dependente e das sucessivas transições que rearticularam a organização e o funcionamento das economias nacionais latino-americanas às evoluções externas do capitalismo. Ela separou a integração em escala nacional do mercado e do sistema de produção da nacionalização propriamente dita, seja da política econômica, seja da mobilização socioeconômica, cultural e política da ordem social competitiva. Com isso, as estruturas do capitalismo dependente estão preservadas para organizar a partir de dentro as “condições ótimas” da sobre-apropriação repartida do excedente econômico e para renovar continuamente as condições de reincorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das sociedades hegemônicas preponderantes [...]. As duas faces dessa mobilidade de articulação são o “imperialismo econômico” e o “capitalismo dependente”, os dois frutos mais importantes do capitalismo maduro em escala internacional.

Florestan não se ilude, não acredita que as burguesias internas não tinham condições de se contrapor a essa forma de capitalismo dependente¹³, ele reitera que foi uma opção dessas burguesias atender aos interesses das burguesias dos países desenvolvidos,

O liame que as une [imperialismo econômico e o capitalismo dependente], porém, são as decisões internas de burguesias que desfrutaram de autonomia, para escolher soluções

burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras” (FERNANDES, 1975, p.57-58).

¹³ “O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno ou a modernização do arcaico [...]. Nas três situações [i) transição neocolonial; ii) revolução comercial; e iii) revolução industrial] há uma rearticulação do todo, através da qual o que parece arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista. O que importa, no conjunto, não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam. Mas, o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas” (FERNANDES, 1975, p.61-62).

alternativas, e de poder, para impor sua vontade (e, com ela, suas escolhas). É um erro crasso subestimar os papéis e as funções políticos das burguesias latino-americanas na condução de seus negócios e das sucessivas transições econômicas, que culminaram nas formas assumidas pela revolução comercial e pela revolução industrial no mundo capitalista latino-americano. Como as burguesias da Europa e dos Estados Unidos, elas envolvem os *interesses nacionais* para atingir seus fins. Se o envolvimento dos interesses nacionais e os usos do Estado adquirem um teor antinacional e trabalham, a curto e a longo prazos, contra a integração nacional e a própria revolução nacional, isso ocorre porque, sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode realizar-se como classe e impor sua hegemonia de classe de outra maneira (FERNANDES, 1975, p.59-60, grifos do autor).

Nessa economia dependente também se torna inviável o desenvolvimento de uma ordem social competitiva e dinâmica que permita a inclusão das pessoas por meio do mercado, com condições de entrada universal, mesmo porque mantêm-se as estruturas econômicas arcaicas. Aqui, as funções estratificadoras da sociedade possibilitam esse acesso a um grupo muito restrito que, desde que não seja a classe privilegiada, apenas são qualificados por meio do crivo do mercado, essa situação gera uma disputa entre a cidade e o campo e uma migração para o primeiro setor, dado que, apesar de serem, em geral, precárias, as chances de uma inserção nesse mercado tornam-se maiores, ou seja, “todos os que passam pelo mercado se classificam positivamente ‘dentro da ordem’; os que não passam pelo mercado, classificam-se negativamente, marginalizando-se como ‘condenados do sistema’ (ou suas vítimas necessárias)” (FERNANDES, 1975, p.63-64, grifos do autor).

3. Subdesenvolvimento e Dependência no Pós-Segunda Guerra Mundial

Nesse período, surgem dois movimentos na América Latina, um associado à revolução cubana, que propunha o socialismo ou uma “revolução dentro da ordem” que tenderia a eliminar a dependência, apesar de preservar o capitalismo; outro movimento que reorganizava esses países para continuar atendendo aos interesses das nações hegemônicas e acirrar a dependência. O segundo movimento ganhou força em detrimento do primeiro com a expansão do capitalismo para as periferias no pós-guerra e o maior controle da América Latina por parte dos Estados Unidos, após a revolução cubana em 1959, inclusive patrocinando golpes em quase todos os países da região, com anuência de suas burguesias internas,

as “novas fronteiras” não escondem mais o que significa a “liberdade”, inerente ao capitalismo dependente: a persistência da satelização numa era em que ela requer, para manter-se e alastrar-se, o *endurecimento político* e por vezes a militarização do Estado, com a transformação do presidencialismo autoritário e das ditaduras tradicionais em formas dissimuladas de fascismo ou parafascismo. A América Latina encontra sua modernidade – o que alguns interpretam como o “momento decisivo da história” – mas sob convulsões econômicas, sociais e políticas perturbadoras (FERNANDES, 1975, p.66, grifos do autor).

Fernandes ressalta a importância do desenvolvimento da ordem social competitiva, uma vez que seria uma “revolução dentro da ordem”, que possibilita melhorias nas condições de vida dos

trabalhadores e a entrada no mercado daqueles que estão, em grande medida, marginalizados ou são os condenados do sistema, isso aconteceu na Europa e nos Estados Unidos¹⁴. Na América Latina, apesar das mudanças ocorridas, não houve a emergência, muito menos a consolidação de uma ordem social competitiva e,

ao contrário das “classes privilegiadas”, os agentes e grupos de agentes que pertencem às classes “baixas” não podem ampliar ou reforçar posições, *status* e papéis sociais marginais ou segmentários, em relação à ordem social competitiva, recorrendo a formas estamentais de autodefesa e de solidariedade. As alternativas à classificação (relação estrutural positiva com a ordem existente) são a marginalização e a exclusão (relações estruturais parcial ou totalmente negativas com a ordem existente). Doutro lado, ao engendrar a sobre-apropriação, o capitalismo dependente cria condições estruturais que restringem diretamente a participação econômica e, indiretamente, a participação sociocultural e política dos trabalhadores assalariados. As pressões contra a desigualdade econômica, sociocultural e política, coordenadas e reguladas de baixo para cima, sofrem um amortecimento de natureza estrutural. Nesse sentido, a classificação pelo trabalho assalariado possui pequeno valor estrutural como fonte de realização da “condição burguesa”. O trabalho assalariado apenas estabelece as condições para a reprodução social do trabalhador e da própria sobre-apropriação capitalista. O que ele fortalece e permite renovar, portanto, são vínculos muito gerais com a “condição burguesa” e com a ordem social competitiva, através dos quais os trabalhadores assalariados realizam negativamente o seu destino como classe (como meio e instrumento de realização das “classes privilegiadas”)¹⁵ (FERNANDES, 1975, p.71, grifos do autor).

É essa situação, de superexploração do trabalho, que permite a classe dominante preservar sua posição privilegiada e poder manter sua riqueza, mesmo se apropriando apenas de parte do excedente econômico, desta forma, ela se beneficia do subdesenvolvimento e da dependência e com as mudanças externas promove um reordenamento interno que mantém essa situação, de maneira ainda mais complexa, e garante os interesses do grande capital aqui na região, mantendo uma posição de heteronomia permanente.

Para Fernandes, a expansão interna do capitalismo não foi determinada apenas por fatores externos, ela se deveu também a fatores internos que criaram essa dinâmica e aceitaram e acirraram o processo de dependência. Há um padrão dual de acumulação e uma repartição do excedente econômico, na qual se beneficiam tanto as elites internas, quanto as externas. Em suas palavras (FERNANDES, 1975, p.75, grifos do autor),

¹⁴ “Ao se classificarem dentro da ordem social competitiva, essas classes não só absorveram a parte que puderam concretizar da ‘condição burguesa’, como se viram estruturalmente condicionadas a aumentar sua participação econômica, sociocultural e política na direção do ‘estilo de vida burguês’ e da ‘concepção burguesa de mundo’” (FERNANDES, 1975, p.68).

¹⁵ Diferentemente, “os estratos sociais privilegiados contam com condições estruturais para resguardar e fortalecer seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe, transferindo para as classes ‘baixas’ (e em parte também para as classes ‘médias’) os custos diretos ou indiretos do privilegiamento de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe. Em consequência, a depressão estrutural decorrente da apropriação externa permanente de parte substancial do excedente econômico nacional não se reflete nas posições, *status* e papéis que os estratos sociais privilegiados conseguem mobilizar internamente, através da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975, p.71-72).

o dimensionamento da expansão interna do capitalismo não foi determinado, exclusivamente ou predominantemente, nem *a partir de fora* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem *a partir de dentro* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, autossustentado e autopropelido), mas por uma combinação de influências internas e externas, que calibrou (e está calibrando) os dinamismos da sociedade de classes em função de requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista.¹⁶

Contudo, embora os fatores internos criem as condições para o crescimento e o desenvolvimento, em uma economia associada e dependente, são os fatores externos que determinam as transformações decisivas que se desdobram em uma modernização¹⁷ caracterizada pela “desnacionalização” do crescimento e do desenvolvimento e, com isso, dificulta a integração da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, cria limites à integração nacional. Esses dinamismos, de acordo com Fernandes (1975, p.80, grifos do autor),

dão o máximo de eficácia ao padrão dependente de modernização. Fazem, pois, com que a *aceleração* do crescimento e do desenvolvimento fatalmente intensifique: a associação dependente; a concentração da renda, do prestígio social e do poder no tope; a apropriação repartida do excedente econômico nacional, com a drenagem sistemática de riquezas para fora e a destruição sibarítica de riquezas internamente; o agravamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais, paralelamente à instauração de processos pluralistas de estratificação societária. Como as classes “altas” e “médias” só se propõem e tentam resolver os “problemas nacionais” que se relacionam com seus próprios interesses de classes, os dinamismos da ordem social competitiva são mais ou menos cegos e ineficientes (quando não são impotentes) diante dos “problemas nacionais” que se prendem, ideal ou concretamente, a “interesses médios da população” ou a interesses particulares da classe “baixa”.

A forma de atuação das burguesias dos países dependentes tolhe completamente as potencialidades da classe “baixa” em se estruturar e se posicionar no sentido de pressionar para que o capitalismo selvagem implantado nessas regiões seja combatido e que se perspective uma sociedade

¹⁶ Prossegue Fernandes (1975, p.75-76), “a esse círculo vicioso seguem-se três realidades, que nunca desaparecem, embora se alterem em uma fase ou época para outra. Primeiro a constante redefinição, sob condições permanentes de fortalecimento e de intensificação, da dominação externa. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas ao crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento induzido, de controle à distância e de exploração indireta. Segundo, a existência de grupos privilegiados internos em condições de ‘manter o controle da situação’ e, portanto, de ampliar constantemente seus privilégios econômicos, socioculturais e políticos, através de padrões dependentes de desenvolvimento. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas ao crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento por associação dependente, de controle autoritário ou totalitário do poder e da exploração cruel da massa de trabalhadores e despossuídos. Terceiro, a redefinição e a intensificação constantes da acumulação dual de capital e da apropriação repartida do excedente econômico nacional, com o despojamento permanente dos agentes de trabalho, assalariados ou não. A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista e formas ultra-espoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho”.

¹⁷ Essa modernização dependente “processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do ‘moderno’ com o ‘antigo’ ou, então, do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, operando-se o que se poderia descrever como a ‘modernização do arcaico’ e a simultânea ‘arcaização do moderno’” (FERNANDES, 1975, p.80).

mais integrada, inclusive, fortalecendo o poder dessas burguesias ante as burguesias dos países hegemônicos. Na verdade, gera-se seu oposto, “atitudes, comportamentos e orientações de valor reativos, de teor conformista” por parte da classe “baixa” (FERNANDES, 1975, p.82). Nas palavras de Fernandes (1975, p.84, grifos do autor),

ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária, ou marginal suas classes “baixas”, as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas “compulsões burguesas”. Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos “campeões do desenvolvimento”, todos adeptos dos “milagres econômicos” proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo¹⁸.

Os espasmos desenvolvimentistas são uma estratégia das classes dominantes para convencer a população de que a situação está melhorando e o país caminhando para mudanças “estruturais” que podem levá-lo a categoria de país desenvolvido. Essa situação não passa de uma ideologia, uma utopia que beneficia a classe “alta” para alinhavar-se cada vez mais, em uma situação de dependência e subdesenvolvimento, com os países hegemônicos e manter a classe “baixa” em uma perspectiva otimista em relação ao seu futuro e ao futuro do país e deixá-la adormecida diante de real situação. De acordo com Fernandes (1975, p.87, grifos do autor),

as classes excluídas das posições privilegiadas não adquirem experiência e maturidade sobre a natureza e as consequências das “decisões modernizadoras”. Acabam sendo as vítimas reais das contrarreações compensatórias, que justificam ideológica ou utopicamente aquelas decisões (quase sempre as fórmulas são importadas de fora, juntamente com as inovações e as técnicas de propaganda, exploradas em sua difusão). As massas absorvem, assim, as ideologias e as utopias de compensação que justificam em termos “nacionais” os *surtos desenvolvimentistas*, percorrendo desse modo um duro caminho, até que logram descobrir a sua falsidade ou falta de conteúdo ético. Nesse período, as confusões infiltradas com as fórmulas de propaganda se mantêm, porque as pequenas vantagens resultantes dos surtos de “crescimento rápido” e de “desenvolvimento acelerado”¹⁹ são, não obstante, atraentes para os setores assalariados, marginais ou despossuídos. Tais vantagens prevalecem até o momento em que a natureza do processo se desvenda e surgem avaliações mais ou menos críticas, realísticas, fundadas nos interesses insatisfeitos das classes ‘baixas’. Então, se as decepções e frustrações coincidirem com a constituição de movimentos sociais reformistas ou revolucionários, o desmascaramento em

¹⁸ “O padrão de modernização produz uma alocação errada de fatores materiais e humanos, alimenta formas de crescimento ou de desenvolvimento substancialmente deformado e estabelece as bases para a perene continuidade do ‘progresso importado’. Os agentes que tomam as ‘decisões modernizadoras’, individual ou coletivamente (e internos e externos), supõem que reproduzem o modelo original de economia, de sociedade e de cultura. Na verdade, o processo tende a criar economias, sociedades e culturas homólogas aos modelos originais, mas para funcionar sob o seu controle indireto, sob sua contínua influência e para o seu proveito. Isso acarreta uma diferenciação no modelo simulado, que passa a ser homólogo em tudo, menos na capacidade de funcionamento, de crescimento e de desenvolvimento relativamente autônomo, autossustentado e autopropelido” (FERNANDES, 1975, p.85).

¹⁹ “[...] desenvolvimento extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (FERNANDES, 2005, p.401-402).

termos de classe ou de interesses nacionais desencadeia novos dinamismos reativos, agora dotados de funções sociais construtivas²⁰.

Ao perceber a impossibilidade de uma “revolução dentro ordem” para a superação do subdesenvolvimento e a promoção de uma ordem social competitiva, em função da maneira pela qual os interesses internos da classe dominante se imbricam com os interesses externos, acarretando mais dependência e mantendo uma posição de heteronomia, Florestan defende que a única saída para superar o subdesenvolvimento é uma “revolução contra a ordem”, ou seja, a revolução socialista. Em suas palavras

Os dinamismos socioeconômicos, culturais e políticos da sociedade de classes latino-americana desembocam, portanto, em um imenso vazio político e histórico, o qual põe em jogo a sua própria dissolução. Só a “revolução contra a ordem”, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Como sucede com os fatos de estrutura, os fatos de funcionamento e de evolução também sugerem que uma ordem social fraca não possui condições para coordenar as transformações críticas do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da civilização científico-tecnológica. Inibindo todas as influências, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança socioeconômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a da revolução socialista (FERNANDES, 1975, p.89, grifos do autor).

Como não se livram de seu passado colonial e neocolonial, a consolidação do “capitalismo moderno” nos países da América Latina mantêm suas tradições e não conseguem historicamente romper com elas para caminhar no sentido de um capitalismo mais autônomo e inclusivo, além disso, o burguês²¹, que surge, não consegue se livrar da sua condição senhorial e estamental, pois ao invés de nascer de sua negação, surge de sua transmutação e traz em si a continuidade dessa forma de dominação e relacionamento com quem julga estar abaixo dele, ele não se liberta de sua ex-condição de senhor de escravos e tende a transpô-la em sua relação com o trabalhador livre. Nas palavras de Fernandes (1975, p.91-92, grifos do autor),

²⁰ “As ideologias e utopias ‘desenvolvimentistas’ preenchem as suas funções dinamizando atitudes, comportamento e orientações de valor inspiradas em expectativas de ‘revolução dentro da ordem’ em termos de criação de alternativas capitalistas (isto é, em transições pelas quais o desenvolvimento capitalista sempre reproduziria socialmente a dependência e o subdesenvolvimento, embora em novos níveis socioeconômicos e culturais). Mas, nenhum grupo ou setor de classes chega a articular contra-ideologias e contra-utopias efetivamente calibradas sobre a ‘revolução contra a ordem’ em termos de criação de alternativas capitalistas (ou seja, de um neocapitalismo capaz de vencer, a partir de dentro, as causas e os efeitos do subdesenvolvimento, forjando padrões autônomos, autossustentados e autopropelidos de desenvolvimento capitalista). Isso ocorre porque a incorporação dependente é invisível, inflexível e insuperável; os adeptos mais ardorosos do ‘desenvolvimentismo’ (ou do ‘ultradesenvolvimentismo’) ignoram os laços que os prendem indissociavelmente aos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos externos e trabalham, de fato, por novas alternativas de incorporação dependente” (FERNANDES, 1975, p.88-89).

²¹ “A ‘mentalidade burguesa’ se constitui como um prolongamento da avidez e da violência senhoriais” (FERNANDES, 1975, p.92).

A ordem social competitiva não deita suas raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas em estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chaves no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, como fonte de privilegiamento do poder senhorial, realizando assim a integração horizontal de estruturas de poder estamentais (antes impedida pelas Coroas espanhola e portuguesa e pela administração colonial). A “condição burguesa” não foi o requisito, mas o produto imprevisto e quase inexorável dessa evolução. Ela não atirou os círculos sociais em processo de aburguesamento contra os “privilégios do antigo sistema” (no caso, o sistema colonial), mas sim contra o “jugo colonial”. Destruído esse jugo, definido ao nível da dominação jurídico-política e econômica metropolitana, todos os demais privilégios subsistiram. Não só eles se viram reforçados: deram substância à constituição de uma oligarquia, que se tornou burguesa por imposição de sua posição econômica, de seus papéis políticos e de seu destino histórico – não por ideais de vida firmemente aceitos e pelo impulso de uma revolução social “contra” estruturas econômicas, socioculturais e políticas que impediam a oligarquia em questão de realizar-se como classe. Nesse contexto, os outros grupos, despossuídos e destituídos de privilégios, contaram muito pouco. Serviram como “massa de manobra” e tiveram que esperar muito tempo para exercer alguma influência ativa sobre a organização da economia, da sociedade e da cultura. Portanto, o cenário não conta nem com o “burguês conquistador” nem com o “camponês inquieto” e o “operário rebelde”. Graças ao domínio autocrático das estruturas econômicas, socioculturais e políticas, nas origens mais remotas da ordem social competitiva temos uma oligarquia que monopolizava o poder sem maiores riscos e que se aburguesou sem compartilhar quaisquer dos seus privilégios com a “ralé” ou o “populacho”. Os próprios estamentos intermediários logravam participação porque se identificavam com a oligarquia e eram vistos como ramificações das “famílias tradicionais” e da “aristocracia”. Por sua vez, a oligarquia não era propriamente fechada. Podia absorver todos os que conseguissem privilegiar-se econômica, social e politicamente. Porém, era exclusiva e exclusivista. A ela só podiam ter acesso os que eram *iguais*, que possuísem o direito do privilegiamento, do estilo de vida conspícuo e da dominação autocrática.

A constituição de uma sociedade igualitária e democrática é bloqueada pela forma de atuar dessa burguesia, a competição se restringe a um seletivo grupo dos considerados “iguais” e a presença, em grande número, dos excluídos é uma necessidade para a manutenção da “condição burguesa”. É tolhida qualquer possibilidade de universalização dos hábitos de consumo, do direito e de liberdade. Impossibilita-se a solidariedade de classes e a homogeneização dessa sociedade. Enfim, restringe-se a participação econômica, sociocultural e política da maior parte da população²². Apesar da condição heteronômica – nos níveis econômicos, sociais e políticos –, o avanço do capitalismo cria condições, mesmo nessas sociedades, de um progresso e da sociedade de classes, possibilitando o acesso dos de “baixo” e um avanço na solidariedade de classe, mas de maneira muito incipiente para romper com as vantagens das classes “altas” e “médias”²³.

²² “As probabilidades de que essas classes [baixas] usem a competição e o conflito para fins e formas de solidariedade abertamente vinculadas com eventuais ‘revoluções dentro da ordem’ são vistas como ilegais e reprimidas por vias diretas e indiretas (nas quais o poder privado das classes privilegiadas e o poder de repressão policial-militar do Estado caminham paralelamente). Elas possuem, por conseguinte, probabilidades muito fracas de influenciar os dinamismos (de funcionamento e de evolução) da ordem social competitiva.” (FERNANDES, 1975, p.95).

²³ “A absorção do padrão de desenvolvimento capitalista, mesmo através de uma posição cronicamente heteronomia, e a expansão concomitante do regime de classes, mesmo em condições de subdesenvolvimento persistente, imprimiram à ordem social competitiva certas funções sociais construtivas, que ela está preenchendo ou irá preencher, concorrendo para

Entretanto, a situação de tensão nessa sociedade é constante, pois os de “baixo” podem tentar fazer uma mudança por não aceitarem mais essa realidade pautada no subdesenvolvimento e no privilegiamento das classes “altas” e “médias” à custa da marginalização e da superexploração que sofrem. As classes privilegiadas para se precaverem dessa possibilidade de “subversão do sistema” utilizar-se-ão, sempre que julgarem necessária, da repressão e da violência como armas contra aqueles que querem transformar essa realidade, mesmo que “dentro da ordem”²⁴. De acordo com Fernandes (1975, p.97-98, grifos do autor),

A dominação externa, graças ao capitalismo monopolista e ao recente padrão de imperialismo total, ramificou-se e intensificou-se a ponto de organizar-se a partir de dentro em bases quase simétricas às da antiga dominação colonial. As frustrações das massas sofreram evolução paralela, ficando mais intensas, ramificadas e conscientes, graças ao aparecimento gradual de formas de atuação como classe, que antes não existiam, e ao inconformismo solidário de outros grupos ou categorias radicais, que dão maior ressonância e expressão política àquelas frustrações. Por conseguinte, as duas evoluções vão na mesma direção, fazendo com que as classes “altas” e “médias” se preocupem cada vez menos com a eficácia e a racionalidade *ideais* da ordem social competitiva e cada vez mais com sua “*utilidade*” efetiva para o privilegiamento de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classes. Ao mesmo tempo em que elas aceitam e endossam em novas condições de incorporação ao “mundo capitalista” hegemônico, armam-se para submeter o processo a controle político e sufocar o radicalismo das classes “baixas” e de outros círculos sociais. Esse parece ser o sentido da progressiva adaptação da ordem social competitiva a novas modalidades de dominação autocrática, fundadas no poder estatal, na militarização das estruturas e funções do Estado e na repressão policial-militar das “ameaças à ordem”, quer elas tenham origens liberal-democráticas, quer elas tenham origem socialista.

assegurar o progresso interno do capitalismo e da sociedade de classes. Doutro lado, também é evidente que tais progressos alargam continuamente o acesso das classes ‘baixas’ ao uso da competição e do conflito em fins que se definem em termos de suas posições, interesses e solidariedade de classe. Isso não se dá como um automatismo mas em consequência das pressões que tais classes podem fazer, à medida que se classificam ‘dentro da ordem’ e lograram tomar consciência do tipo de estabilidade ou de mudança, ‘dentro’ ou ‘contra a ordem’, que mais lhes convém. Todavia, os dois processos mencionados desenrolam-se (e provavelmente continuarão a desenrolar-se, enquanto se mantiver o presente *status quo*) sem romper o paralelismo existente entre a expansão do regime de classes e o constante fortalecimento das vantagens relativas das classes ‘alta’ e ‘médias’” (FERNANDES, 1975, p.95).

²⁴ “A revolução nacional requer, mesmo sob o capitalismo, algum modo de entendimento social e de comércio político entre as classes. Ao bloquear ou ao deprimir as classes ‘baixas’, as classes privilegiadas reduzem o alcance e a variedade dos interesses de que se tornaram porta-vozes. Perderam, assim, a condição de fundir a realização de seus interesses de classe e a integração nacional, malogrando como elites políticas. O que resultou desse malogro é mais profundo do que vulgarmente se supõe. Porque o malogro é estrutural e sociodinâmico, o que está em jogo não são os agentes individuais, mas as potencialidades estruturais e dinâmicas da ordem social competitiva. Esta não se ajustou às funções que deveria preencher e às transições que deveria desencadear para que a revolução nacional se completasse [...]. Em consequência, em todas as fases de transição estrutural (como sucedeu com a revolução comercial e está ocorrendo com a revolução industrial), a liderança dos processos se transferiu das elites internas para as externas. Doutro lado, as ‘revoluções dentro da ordem’ se tornaram impossíveis” (FERNANDES, 1975, p.99-100). “As burguesias dependentes desenvolvem uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. Elas são obrigadas a sufocar qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem que ameace o controle absoluto das classes dominantes. Daí o aparecimento de um padrão de luta de classes que impede a mudança social construtiva, aprisionando a história no *circuito fechado* do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 1999, p. 148).

Por mais que haja crescimento econômico nos países dependentes e subdesenvolvidos, o mesmo não ocorre para melhorar a posição dos que são marginalizados nessa sociedade, serve apenas para aumentar a posição privilegiada daqueles que se beneficiam dessa situação, principalmente na fase da dominação capitalista caracterizada pela grande corporação multinacional, pela internacionalização dos mercados e pelo imperialismo total. Por isso, “a ‘aceleração do desenvolvimento capitalista’ apenas tem aprofundado a dependência e agravado o subdesenvolvimento [...]”²⁵ (FERNANDES, 1975, p.101, grifos do autor),

4. Estado, Privilégios e Repressão

Para que seja mantida uma sociedade pautada no superprivilegiamento das classes “altas” e “médias” por um lado, e a exclusão e a marginalização de boa parte das pessoas que se encontram na classe “baixa” por outro lado²⁶, necessário se faz a existência e a manutenção de uma superestrutura para a perpetuação dessa realidade, por meio de padrões autoritários e autocráticos de comportamentos políticos, mesmo que com a aparência de padrões democráticos, por isso “se processa uma exacerbação do elemento político nas relações de classes” (FERNANDES, 1975, p.103) desses países, “as associações profissionais, patronais e administrativas das classes privilegiadas adquirem uma intensa orientação política; e o Estado converte-se numa instituição-chave, de autodefesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites dessas classes” (FERNANDES, 1975, p.103, grifos do autor).

Dessa perspectiva, a relação entre classe e poder emerge de modo claro. A burguesia e a pequena burguesia estão tentando criar o *Estado democrático* de que carecem, para preservar ou fortalecer o superprivilegiamento de suas posições de classe e dar continuidade ao modo de desenvolvimento capitalista por associação dependente. Em suas modalidades mais brandas e estáveis, esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista. Nas modalidades mais “duras” e extremas, em que a “institucionalização da revolução” foi mais longe, esse Estado é totalitário e dissimuladamente fascista [...]. Sob a égide e proteção de tal Estado, o que se pretende é completar o ciclo da “revolução burguesa” dentro do capitalismo dependente.²⁷ (FERNANDES, 1975, p.105)

²⁵ “Para Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas consequências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática” (SAMPAIO JR., 1999, p. 143-144).

²⁶ “Existe uma completa incompatibilidade entre o superprivilegiamento de classe, como fator de diferenciação social e de estabilidade nas relações de poder entre as classes, e a adoção de sistemas políticos constitucionais e representativos. A tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências, que são típicas da América Latina, e culminou numa crise crônica de instituições políticas. Provocou, em primeiro lugar, persistentes e fortes pressões das classes ‘baixas’ (e por vezes também das classes ‘médias’) contra os privilégios econômicos, socioculturais e políticos (ou contra sua fruição em circuito fechado). E levou, em segundo lugar, as classes ‘altas’ e ‘médias’ a enrijecer os controles políticos, numa reação extrema de autodefesa, que acabou se ‘institucionalizando’” (FERNANDES, 1975, p.104).

²⁷ Prossegue o autor (FERNANDES, 1975, p.106), “os interesses privados, internos e eternos, alcançam o apogeu de sua associação e ‘interdependência’, logrando colocar a acumulação dual de capital e a apropriação repartida do excedente econômico nacional sob o patrocínio e o amparo direto do Estado (o que ‘institucionaliza’, na verdade, a aceleração do

Fernandes discorda da continuidade da utilização do termo oligarquia no que diz respeito ao padrão de hegemonia burguesa que se estabeleceu na sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, uma vez que essa oligarquia perdeu o monopólio social do poder após o fim da ordem estamental, apesar de não ter desaparecido. Ela fragmentou-se, reorganizou-se e modernizou-se, incorporando outros grupos e subgrupo da classe “alta” e dos setores intermediários, além de agentes econômicos estrangeiros, constituindo-se em uma plutocracia²⁸. Para Fernandes (1975, p.107), “o fato é que, no clímax da internalização da revolução comercial – que foi, em sentido literal, uma revolução urbano-comercial, pois se concentrou socialmente nas cidades e nas polarizações urbanas da economia rural – a hegemonia oligárquica foi substituída por um padrão composto²⁹ de hegemonia burguesa”.

Para manter o padrão de organização dessa sociedade, o Estado é utilizado incessantemente para beneficiar aqueles que se encontram na posição de privilegiamento econômico, sociocultural e político, em seus empreendimentos, garantia de lucros, disponibilidade de crédito etc. Essa elite constituiu “formas de articulação política que convertem os partidos, os parlamentares e os executivos em ‘meios de barganha’, controlados pelas classes privilegiadas” (FERNANDES, 1975, p.109-110, grifos do autor), enquanto para os demais o Estado também atua, mas com o monopólio da violência para reprimir qualquer manifestação que possa pôr em risco tais privilégios. Além disso, cria-se uma ideologia de que aqueles que estão excluídos o são por merecimento e por não se esforçarem para angariar melhorias em suas vidas, então o Estado não tem a responsabilidade de amenizar suas mazelas sociais. De acordo com Fernandes (1975, p.109, grifos do autor),

O padrão de hegemonia burguesa leva a uma política econômica (geralmente implícita ou apenas formulada mistificadamente), que permitiu o uso maciço de recursos da coletividade, através do Estado, para “promover o progresso da empresa” (nacional ou estrangeira) e não o “progresso da Nação”, a “integração nacional” ou a “revolução nacional”. Ele também facilita certas transigências viscerais, pelas quais se transfere para pólos econômicos estrangeiros a liderança das transições estruturais na organização da economia (como sucedeu, de maneira pouco visível, com a revolução comercial e acontece em nossos dias de modo notório, com a revolução industrial). É nele que se funda, por fim, a filosofia exclusivista, que dá fundamento às tendências autoritárias e autocráticas das classes privilegiadas ou aos interregnos autoritários, quando se torna impossível salvar o

desenvolvimento da economia privada por meios públicos e oficiais, e confere à burguesia o poder de ‘planificar’ o crescimento econômico nacional”.

²⁸ “A melhor palavra, de que se dispõe para designar essa conglomeração de posições, interesses, grupos e subgrupos, formas de solidariedade de classes e orientação básica no uso de poder político não é oligarquia, mas plutocracia. Esta última palavra traduz de modo imediato, o que é compartilhado em comum e se erige em base do superprivilegiamento de classe, que é o poder fundado na riqueza, na disposição de bens e na capacidade de especular com o dinheiro (ou com o crédito)” (FERNANDES, 1975, p.108).

²⁹ “Elas se desenvolveram sedimentando-se com o senhor de engenho, com o senhor de escravo, nunca se antagonizando e sempre compondo, se amalgamando. Na fase da industrialização pesada elas se mostravam como burguesias daquele momento, mas sem abrir mão de seu passado, de seu ventre mercantil” (RODRIGUES, 2017, p.38).

status quo mantendo as aparências [...]. Supõe e impõe uma ideia-matriz, segundo a qual os que não têm talento para manter o *status* atribuído ou para vender por conta própria merecem ser excluídos e condenados à subalternização.

Para as classes “altas” e “médias”, constituiu-se um Estado disposto a barganhar para beneficiar seus interesses, promover políticas de planejamento econômico com o argumento de beneficiar a população como um todo, ou de levar o país a um capitalismo mais autônomo e menos dependente, mas o que ocorre é justamente o contrário, essas classes privilegiadas utilizam o Estado em benefício próprio e também em benefício dos interesses privados externos, nos quais veem alguma possibilidade de colher vantagens, mesmo que para colher tais vantagens haja um acirramento da dependência e do subdesenvolvimento. Nas palavras de Fernandes (1975, p.111-112, grifos do autor),

No contexto atual do uso do poder estatal e das funções do Estado, as ramificações, as influências diretas ou indiretas, e a eficácia da plutocracia ampliaram-se e aprofundaram-se. O que antes só podia ser conseguido mediante tráfico de influências, corrupção ou coação, hoje pode ser feito de modo simples e direto, através de composição entre interesses privados (nacional e estrangeiro) e as cúpulas políticas, militares ou tecnocráticas dos governos. Diferentes tipos de políticas “nacionais”, de programas de “racionalização” e de “planificação estatal” canalizam as decisões, que interessam à “iniciativa privada” e mobilizam os meios para atingi-las [...]. As classes privilegiadas entenderam que não podem se “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “*pragmatismo político*”, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento. Portanto, o resultado final dessa complexa evolução foi uma concentração ainda maior do poder político no tope, uma adulteração ainda maior do ritualismo democrático e uma desenvoltura sem contestações no uso do Estado para fins particularistas. As estruturas de poder em que se funda a hegemonia burguesa racionalizam-se, enquanto as demais estruturas da sociedade de classes evocam as realidades e os dilemas do subdesenvolvimento³⁰.

Essa forma de atuar que mantêm e fortalece o superprivilegiamento, ao mesmo tempo faz nascer e ganhar força movimentos contrários a essa realidade, que perspectivam outro tipo de organização dessa sociedade, mas é claro que, para preservar esse privilégio, aqueles que se beneficiam dele atuam diuturnamente para mantê-lo e, por enquanto, estão conseguindo, entretanto,

³⁰ “A mesma evolução produziu efeitos ainda mais negativos nas classes ‘baixas’. Estas se viram privadas de boa parte dos seus quadros dirigentes, quase sempre saídos das classes ‘médias’, dos meandros reivindicatórios do populismo e do reformismo nacionalista, bem como do espaço político em que podiam proteger seus interesses ou aspirações de classe ‘dentro da ordem’. A intimidação e a repressão ou desintegraram seus movimentos políticos ou condicionaram a formação de mecanismos reivindicatórios politicamente neutros. Esse duplo manejo modificou, pelo menos, as aparências da realidade. As classes ‘baixas’, que lutavam com dificuldade para alcançar maior consciência de seus interesses de classe e, em especial, para desenvolver formas de solidariedade de classes politicamente eficientes, perderam momentaneamente grande parte do terreno ganho. A consolidação da democracia com participação ampliada, que parecia iminente, desviou-se de seu curso e revelou-se como ela é, uma democracia elitista, que somente intensifica e amplia a participação das classes ‘altas’ e ‘médias’” (FERNANDES, 1975, p.112).

a história não é teleológica e várias possibilidades se abrem em seu curso. Para Fernandes (1975, p.113-114, grifos do autor),

O superprivilegiamento de classes vem a ser o calcanhar de Aquiles da “revolução burguesa” sob o capitalismo dependente. Ao se afirmarem como classes, negando às demais classes até as condições de existência como classes “dentro da ordem” e impondo à coletividade a persistência de iniquidades intoleráveis, as classes privilegiadas atingem o clímax do poder. Porém, iniciam ao mesmo tempo, com suas próprias mãos, a desagregação da ordem social que as privilegia. Se o poder autocrático, a violência organizada e o egoísmo cego pudessem conter a revolução das sociedades humanas, a humanidade não teria tido história.

Enfim, as burguesias se utilizam do Estado, que as representa, para manter seu superprivilegiamento e reprimir e oprimir os que se encontram marginalizados, por meio de uma repressão garantida pelo monopólio “legal” da violência no qual o Estado burguês é portador, mas ao mesmo tempo, criam-se movimentos de resistência e de tentativa de mudança dessa sociedade que tem como objetivo dividir os benefícios que se encontram monopolizados por uma classe.

Considerações Finais

A partir dos estudos de Florestan Fernandes é possível entender o momento histórico atual pelo qual os países da América Latina estão passando, caracterizado por um maior aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, mesmo porque o modo de produção capitalista, sob a égide do capital financeiro, faz com que cada vez mais seja necessário aumentar a exploração e a extração de mais-valia desses países para remunerar o capital.

Os trabalhadores sofrem com a intensificação da superexploração de sua mercadoria força de trabalho para aumentar os lucros das empresas monopolistas instaladas nesses países e também dos setores ligados a estruturas arcaicas; ainda, são prejudicados com a carga tributária regressiva que são obrigados a pagar e isso não se reflete em melhorias na qualidade dos serviços prestados pelo Estado, mas, em grande medida, são destinados para pagar as remunerações dos detentores de dívidas desses países, cujas taxas de juros estão entre as mais altas do mundo.

Florestan deixa evidente que a participação das populações pobres, em geral, foi tolhida nesses países da América Latina e elas não puderam se beneficiar do caráter civilizatório que o modo de produção capitalista trouxe em determinados momentos. Para a classe “baixa” latino-americana restou, principalmente, a barbárie. Em vários países da América Latina foi como se a condição burguesa tivesse se imposto e a antiga aristocracia vestido essa roupa e permitido a entrada nesse grupo de outros privilegiados não necessariamente da aristocracia. Em países que não houve rupturas com o passado, mantiveram em sua memória atávica os princípios da sociedade estamental e do

patrimonialismo, situação que, apesar de não ser formal, pois os princípios burgueses eram outros, foi mantida.

O Estado é utilizado por essas burguesias sempre na tentativa de manter ou mesmo aprofundar seus privilégios e quando os de “baixo” se manifestam, ela recorre à violência legal do Estado, reprimindo esses que quase nunca tiveram suas vozes ouvidas. Caso a situação fuja do controle, implementa-se uma ditadura civil-militar, uma contrarrevolução burguesa, com o apoio das burguesias daqueles países que se beneficiam com essa situação de extrema concentração de renda e segregação social na América Latina, uma vez atende aos interesses da reprodução ampliada do capital

As burguesias desses países, historicamente, nunca atenderam às reivindicações estruturantes do povo, sempre viram seus países como um espaço de negócio, de negociata, e para se beneficiarem e manterem um padrão de vida à luz das burguesias dos países desenvolvidos, praticam a superexploração do trabalho e mantêm estruturas arcaicas, uma vez que elas funcionam como um colchão amortecedor quando seu aliados, as burguesias internacionais, estão em crise e seus negócios com elas, momentaneamente, deixam de ser tão rentáveis. Nessas condições, acirra-se na economia arcaica, a superexploração sobre a mercadoria força de trabalho.

As utopias e ideologias desenvolvimentistas funcionam como uma rearticulação interna para atender aos interesses do grande capital internacional, mas com a propaganda de que o país está melhorando ou caminhando em direção à sua autonomia. Na verdade, elas funcionam para aprofundar a dependência e a subordinação, mas ideologicamente ilude a população, uma vez que promove um crescimento econômico no período chamado “desenvolvimentista”, com isso, alguns trabalhadores se inserem em um trabalho precarizado e outros que já se encontram na formalidade conseguem um salário melhor, entretanto, quando passa esse período, percebe-se que a concentração de renda aumentou, ou seja, os ganhos são partilhados apenas pelas burguesias externas e internas. As burguesias externas abocanham uma parte mais do excedente econômico gerado internamente, pois há uma relação de associação subordinada.

Conclui-se, desta forma, que a única alternativa para a maior parte das pessoas da América Latina é o que Florestan chama de “revolução fora da ordem”, ou seja, o socialismo, uma vez que o povo não pode esperar nada das burguesias que sempre lhes viraram às costas, a não ser mais exploração e mais marginalização, além de violência para reprimir qualquer movimento reivindicatório, mesmo porque, a instabilidade nesse sistema é muito grande e qualquer reivindicação que os trabalhadores façam de seus direitos podem se transformar em uma mudança estrutural. Por isso a repressão está na ordem do dia.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. 10. ed., São Paulo: Hucitec, 1996.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1888)**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO JR., C. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed., São Paulo: Brasiliense, 1997.

RODRIGUES, C. H. L. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. Campinas: 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

SAMPAIO JR., P. A. **Entre a Nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.